

A visita presidencial a Moçambique (1964): acontecimento cerimonial e imaginário colonial na rádio do Estado Novo

Cláudia Henriques

(Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho)

(claudia.henriques@sapo.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-6548-2886>

Cláudia Henriques: Doutorada em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade pela Universidade do Minho, é investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da mesma universidade. Licenciou-se em História e é mestre em Jornalismo pela NOVA FCSH. Tem publicado e desenvolvido trabalhos de investigação nos domínios da história dos média e dos estudos da rádio, neste caso sobre a história da rádio, a problemática dos arquivos sonoros radiofónicos e a epistemologia do som.

Submissão: 25/07/2023

Aceitação: 10/11/2023

A visita presidencial a Moçambique (1964): um acontecimento mediático na rádio do Estado Novo

Resumo: Nos anos 1960, e até 1974, Portugal enfrenta uma guerra em África. Ao mesmo tempo, o país vive num regime político-ideológico marcado por um pensamento, uma retórica e uma vivência colonialistas, que, não sendo uma construção inédita de Salazar, conheceram nele um decisivo impulso. É neste contexto que, em 1964, Américo Thomaz visita Moçambique. Este artigo aborda a visita presidencial a Moçambique enquanto acontecimento mediático, recorrendo à análise qualitativa dos sons de arquivo, que permitem estudar a cobertura jornalística do acontecimento pela Emissora Nacional (EN) e pelo Rádio Clube Português (RCP). Para além das fontes sonoras, recorre ao *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*, registo oficial desta visita presidencial. Faz também uso de entrevistas a antigos jornalistas do RCP, que nos ajudam a situar o acontecimento no contexto da renovação do jornalismo radiofónico na década de 1960, liderada pela estação de Botelho Moniz. O objeto empírico é estudado à luz da teoria dos acontecimentos mediáticos (*media events*) de Dayan e Katz, de que Mário Mesquita foi o principal divulgador em Portugal.

Palavras-chave: acontecimento mediático, jornalismo radiofónico, Rádio Clube Português, Emissora Nacional.

The presidential visit to Mozambique (1964): a media event on the Estado Novo radio

Abstract: In the 1960s, and until 1974, Portugal faced a colonial war in Africa. At the same time, the country lives in a political-ideological regime marked by the colonialist thinking, rhetoric and experience, which, although not unique to Salazar, found a decisive impulse in him. It is in this context that, in 1964, Américo Thomaz visits Mozambique. This article addresses the presidential visit to Mozambique as a media event, using qualitative analysis of archive sounds that allow us to study the journalistic coverage of the event by Emissora Nacional (EN) and Rádio Clube Português (RCP). In addition to the sound sources, it uses the *Diary of President Américo Thomaz's trip to Mozambique and Ilha do Príncipe*, the official record of this presidential visit. It also uses interviews with former RCP journalists, which help us place the event in the context of the renewal of radio journalism in the 1960s, led by Botelho Moniz's station. The empirical object is studied in light of the theory of media events by Dayan and Katz, of which Mário Mesquita was the main promoter in Portugal.

Keywords: media event, radio journalism, Rádio Clube Português, Emissora Nacional.

Introdução

A década de 1960 não começou de feição para o regime de Oliveira Salazar. Apesar do ideário promovido, durante décadas, em torno de um projeto colonial assente numa “noção de missão civilizadora” (Salazar, 1967/2016, p. 1042), de que só Portugal poderia ser natural obreiro, os tempos são de mudança.

Em 1961, os focos de instabilidade e de desafio à ditadura agudizam-se. Acontecimentos como o assalto ao paquete *Santa Maria*, o início do conflito armado em Angola, ou a tentativa de golpe de Estado pelo ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz, são indícios de que o Estado Novo parecia ter os dias contados (Alves, 2021). Na verdade, ainda duraria por mais 13 anos.+

Um dos momentos de viragem com mais impacto no curso e na resistência anímica do regime é, de facto, o início da guerra em Angola. Quando, na noite de 13 de abril de 1961, frente às câmaras da televisão e aos microfones da rádio¹, o Presidente do Conselho chama a si a pasta da Defesa e assume, perante o país, o imperativo de “avançar rapidamente e em força [para Angola]” (Salazar, 1967/2016, p. 975), um especial cerrar de fileiras sobre o regime é posto em marcha.

As visitas presidenciais que Américo Thomaz faz às então colónias em 1963, 1964, 1968 e 1970 devem ser encaradas no contexto específico de um regime que tenta a todo o custo não implodir, defendendo e repetindo à saciedade, em campanhas de propaganda ritualizadas, os fundamentos colonialistas de que é feito.

Américo Thomaz, o último presidente do Estado Novo, agiu sempre como uma extensão institucional da política seguida por Salazar – alguém que serve o regime e o Presidente do Conselho, que, estrategicamente, o escolheu. A sua chegada à Presidência da República, contra a candidatura de Humberto Delgado, num cenário de manipulação da opinião pública e de burla eleitoral (Pimentel, 2018, p. 275), não poderia ser mais reveladora do carácter do regime. O Estado Novo não se coíbe de fazer manobras políticas para atingir os seus desígnios. Américo Thomaz é o peão certo para o jogo político de Oliveira Salazar. A descrição que o historiador Fernando Rosas faz de Thomaz é

¹ Veja-se, a propósito, a peça jornalística de Ana Luísa Rodrigues que recupera parte da declaração de Salazar que marca o início da guerra colonial, transmitida na noite de 13 de abril de 1961: https://www.rtp.pt/noticias/pais/para-angola-e-em-forca-guerra-colonial-eclodiu-ha-60-anos_v1312060.

esclarecedora: “um homem suficientemente cinzento, anódino e fiel para poder vir a causar problemas” (Rosas, 1998, p. 469).

A visita de Américo Thomaz a Moçambique em 1964 acontece nas vésperas do conflito armado neste “território ultramarino”. A conveniência desta visita de Estado é evidente. Num tempo em que a tensão se faz sentir entre as forças independentistas de Moçambique, forjar e encenar um sentimento de unidade é urgente. Salazar sabe-o há já algum tempo. O seu discurso de agosto de 1963 é elucidativo acerca da defesa intransigente da “Nação Portuguesa como um estado unitário, na complexidade dos territórios que a constituem e dos povos que a habitam” (Salazar, 1967/2016, p. 1041). Afirma ainda o Presidente do Conselho:

Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. (...) O mesmo que fica dito se aplica a Moçambique. Há meses o Governador-Geral dirigiu à juventude um discurso que todo é e se resume nesta proposição: Moçambique só é Moçambique porque é Portugal, que o mesmo é dizer – desfeito o cimento que nos liga e que o faz parte da Nação Portuguesa, não haverá mais Moçambique nem na história nem na geografia (Salazar, 1967/2016, p. 1042).

Em abril de 1964, na sequência da publicitação na imprensa da futura visita presidencial a Moçambique, o presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, Armando Pedroso de Lima, realça a particular oportunidade deste ato oficial: “É que se esta visita poderia ter, e teria certamente, plena justificação em qualquer outro momento, na presente conjuntura terá muito especial significado.”²

Neste artigo, analisamos a visita presidencial de Américo Thomaz a Moçambique, que decorreu entre 6 de julho e 19 de agosto de 1964, sob o ponto de vista da cobertura noticiosa que dela fizeram a Emissora Nacional (EN) e o Rádio Clube Português (RCP). Para além das fontes sonoras relativas ao acontecimento mediático, produzidas por estas emissoras, recorreremos também ao *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*, registo oficial desta visita presidencial. Estudamos o objeto à luz da teoria dos acontecimentos mediáticos (*media events*), de Elihu Katz e Daniel Dayan (1999). A requisição deste eixo teórico decorre das características do objecto de estudo, mas também da importância que a teoria destes autores teve no trabalho de reflexão, produção e divulgação académicas de Mário Mesquita (Gonçalves, 2022; Ponte, 2021).

² *Boletim Geral do Ultramar*, 40(465-466), p. 6. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N465-466&p=1>.

Ou seja, no momento em que *O quarto equívoco* cumpre vinte anos de existência – facto que a revista *Comunicação Pública* aqui celebra –, cruzamos a história e os estudos da rádio com uma das problemáticas mais investigadas e debatidas pelo seu autor até ao fim da vida³: os acontecimentos mediáticos e os rituais de celebração.

A análise deste acontecimento mediático é indissociável do contexto histórico em que ocorre. Em 1964, ano da visita presidencial a Moçambique, Portugal vive, já o dissemos, mergulhado num cenário de guerra colonial. Iniciado em Angola, em 1961, o conflito alarga-se depois à Guiné-Bissau (1963) e, finalmente, em setembro de 1964, pouco depois da visita do Almirante Américo Thomaz, o conflito armado chega a Moçambique. Antes, vários movimentos de libertação consolidam, na clandestinidade, uma luta em torno das ideias de independência e de fim da política colonial portuguesa. A unificação dos vários movimentos de resistência na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) inaugura, a partir de 1962, uma nova fase na luta contra o regime de Salazar. Gradualmente, os agentes da polícia política portuguesa infiltram-se nestes grupos clandestinos (Saíde, 2021, pp. 407-408). A repressão e as prisões aumentam, mas a mobilização política dos moçambicanos não foi aplacada. Nas palavras de Alda Saíde (2021, p. 410):

Embora as detenções de 1964/65 tenham criado entre os militantes clandestinos a sensação de que a PIDE era bastante onipotente e, conseqüentemente, encorajado um ambiente de repressão, desconfiança e medo, o trabalho clandestino continuou, mas com as máximas precauções.

O colonialismo – e o uso ideológico que dele é feito – não é uma invenção do Estado Novo, como o historiador Miguel Cardina sublinha na sua mais recente obra. Mas com a institucionalização do regime ditatorial de Oliveira Salazar o colonialismo ganha um novo ímpeto (Cardina, 2023, p. 19). O investigador Valentim Alexandre (1995), que tem dedicado boa parte da sua obra à história colonial, explica que por detrás da longevidade do Império – ou da ideia de Império – está um duplo mito. Por um lado, o “mito do Eldorado”, assente na ideia de que África é uma fonte inesgotável de riquezas e proveitos; por outro, o “mito da herança sagrada”, segundo o qual manter toda e qualquer parcela do território ultramarino é um imperativo histórico, sob pena de, perdendo o Império, Portugal se perder a si próprio também.

³ No âmbito do livro de homenagem a Mário Mesquita, *A liberdade por princípio* (Tinta-da-china, 2021), Mário Mesquita estabelece, no dossier especial *Media Events*, um estimulante diálogo com Elihu Katz e Daniel Dayan sobre a temática.

Este artigo olha para a visita presidencial de 1964 a partir da cobertura informativa produzida pela rádio portuguesa dos anos 1960. Através da análise dos registos sonoros relativos a este acontecimento mediático, perguntamo-nos até que ponto é que a produção noticiosa da EN e do RCP reflete e projeta o discurso oficial do regime ou se, pelo contrário, introduz algum acento crítico.

O acontecimento mediático que aqui trazemos, que a um tempo se inscreve na história de um país em ditadura e, a outro, é manifestação da realidade mediática, condicionada, vivida nesse país, coincide com um momento importante de transformação do jornalismo radiofónico em Portugal. O Serviço de Noticiários (SN) do RCP, liderado por Luís Filipe Costa, é ator principal desta mudança no jornalismo feito para o ouvido. Olhamos para este acontecimento mediático também sob o ângulo das transformações ocorridas no campo jornalístico nos anos 1960, procurando perceber se o tratamento jornalístico de que o acontecimento é alvo no RCP dá, ou não, testemunho de uma mudança que contrasta com as práticas de informação da EN, tradicionalmente mais alinhadas com a ideologia do regime.

Na procura de respostas, recorreremos aos registos sonoros em arquivo que atestam a cobertura jornalística do acontecimento mediático pelo RCP e pela EN, estação oficial do regime. Esta heurística dá relevo acrescido ao som como fonte do conhecimento. A escuta surge como atitude epistemológica natural face ao meio sonoro, ainda que muitas vezes condicionada pela ausência ou escassez de registos sonoros preservados.

Analisamos as notícias de duas das principais emissoras de rádio do Estado Novo na tentativa de encontrar diferenças e contiguidades. Contudo, torna-se difícil fazer uma análise comparativa quando os arquivos não dispõem de fontes suficientes que permitam a constituição de uma amostra sistemática e estruturada, facilitadora de exercícios de comparação. Apesar dos constrangimentos, defendemos que os registos sonoros, não obstante a sua fragmentação ou os problemas de acesso, são matéria-prima que o investigador ou historiador da rádio deve, tanto quanto possível, estudar e valorizar. O som, que é elemento identitário fundamental do meio radiofónico, deve ser, insistimos, objeto e meio de estudo inadiáveis (Henriques, 2021; 2023).

1. Moçambique, 1964: visita ao Império e colonização do imaginário

Em 1964, Américo Thomaz faz uma viagem a Moçambique e à Ilha do Príncipe, a bordo do paquete *Príncipe Perfeito*. Antes, já o Presidente da República (PR) se tinha deslocado a Angola (1963), do mesmo modo que, em 1968, visitaria a Guiné e Cabo Verde, fechando o ciclo de visitas ao “Ultramar” em 1970, com a ida a São Tomé e Príncipe.

Américo Thomaz foi, entre todos os chefes de Estado do regime de Salazar e Caetano, o que mais viajou pelas então colónias. A razão disso prende-se com a eclosão do conflito armado em Angola, em 1961 (Castro, 2016, p. 79). A guerra colonial, nas suas várias frentes, foi pano de fundo e principal pretexto para as visitas de Américo Thomaz a um Império que ameaçava ruir. Esta e as demais viagens presidenciais estabeleceram-se como pontos altos de uma política de propaganda cujo objetivo era reafirmar a soberania de Portugal sobre os “territórios ultramarinos”, perante a opinião pública quer nacional, quer internacional (Castro, 2016, p. 75). Com efeito, para a construção da relação simbólica de Portugal, “nação imperial”, com os territórios colonizados, havia que forjar uma ideia de unidade *in loco*, e, com ela, debelar o descontentamento popular na “metrópole” e nas então colónias, assim como dar a resposta possível às pressões externas face aos conflitos coloniais em África.

O cerco internacional era cada vez mais expressivo, com a ONU, assim como a maioria dos países afro-asiáticos, vários países do Norte da Europa, o Brasil e, até, a Espanha de Franco, a contestar o regime e a guerra colonial (Rosas, 1998, pp. 482-483). O regime sabia-se “em hora particularmente grave para a Nação” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7), mesmo quando proclamava que as viagens presidenciais eram um “triunfo nacional na diversidade étnica e geográfica do Mundo Português” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7). E, numa lógica de vitimização, defendia-se retoricamente da incompreensão externa: “O Mundo, que nos detracta e nos cobiça, menosprezando a nossa resistência moral, esse, decerto terá saído mais desiludido e menos convicto das suas possibilidades de êxito” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7).

Estas marcas discursivas do regime de Salazar fazem parte do aparato de propaganda de que se revestiam estes atos oficiais. Durante o período do Estado Novo, as viagens presidenciais foram quase sempre acompanhadas de um livro descrevendo a viagem e de um álbum com as fotografias do acontecimento tidas como mais relevantes, da responsabilidade da Agência Geral das Colónias, depois designada por Agência Geral do

Ultramar. Para lá da imprensa, que cobria estes atos oficiais, a comitiva do Presidente integrava um cronista, assim designado, a quem competia produzir uma obra de relato da viagem e de defesa do regime.

Esta segunda viagem do Presidente da República às então colónias, de acordo com o diário oficial, foi um “novo teste de sentimentos nacionais e de unidade e fidelidade das parcelas além-mar à Mãe Pátria” (*Diário da viagem*, 1965, p. 7). As referências à “comunhão entre os povos”, superior a quaisquer diferenças, contrastam com a realidade do mundo e são constantes:

Páginas de História, elas pertencem ao povo de Portugal (que as escreveu com o coração e com mãos brancas, pretas, amarelas e mestiças na consciência debotada de um Mundo a exaurir-se em espírito de tolerância e de amor ao próximo), numa coesa comunidade de raças e de crenças, criadora de autêntica democracia de corpos e de almas (*Diário da viagem*, 1965, p. 7).

Durante mês e meio, entre 6 de julho e 19 de agosto, o chefe de Estado foi de Lisboa a Lourenço Marques, passando pelo Funchal, à ida, e por Luanda e pela Ilha do Príncipe, à volta. Com Américo Thomaz, embarcou uma extensa comitiva, constituída por vários representantes do Estado, como o ministro do Ultramar, Peixoto Correia, ou o secretário nacional da Informação, Moreira Baptista.

No *Príncipe Perfeito* seguiam também jornalistas e representantes dos órgãos de comunicação, por sinal, e sem surpresa, alguns dos mais afetos ao regime. No *Diário da viagem* (1965, pp. 14-15) é referida a presença a bordo de Luís Caldeira Lupi, diretor da Agência Lusitânia, Artur Pedro Gil, chefe de redação da Agência ANI, e João Patrício, diretor adjunto do *Diário da Manhã*, que acumulou estas funções com as de cronista oficial da viagem. À margem, noutras embarcações ou por outros meios, seguiam os profissionais de outros órgãos de informação, vindos da chamada metrópole ou localizados nos “territórios ultramarinos”. A todos cabia uma só missão: a de construir uma narrativa favorável sobre o PR, que, durante a visita de Estado, “proclamou bem claro, bem alto, a grandeza e a unidade da nossa pátria toda a gente valorosa de Moçambique, sem distinção de origens geográficas ou raciais.”⁴

⁴ *Boletim Geral do Ultramar*, 40(469-470), p. 8. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N469-470&p=1>.

Em todas as passagens da crónica da viagem, que a documenta a par e passo, não há um único foco de tensão. A descrição, invariavelmente em tom de elogio acérrimo, fala da tranquilidade e placidez dos locais visitados, e da forma viva como a população local acorre para ver o Presidente, sempre “envolvido por densa multidão de autóctones, que o aclamavam com entusiasmo” (*Diário da viagem*, 1965, p. 184). O diário da viagem inclui fotografias que ilustram o ambiente de aceitação vivido durante a viagem e excertos de discursos oficiais e transcreve algumas notícias veiculadas pelos média, como esta, do *Diário de Notícias*, de 19 de agosto, escrita a poucas horas da chegada de Américo Thomaz a Lisboa:

Regressa hoje a Lisboa, depois de uma viagem gloriosa através da grande província portuguesa da África Oriental, o Senhor Presidente da República. A população da cidade que acorrer a recebê-lo, com a sinceridade e espontaneidade que são seu apanágio, traduzirá na manifestação entusiástica do seu agradecimento, os sentimentos de Portugal inteiro. (...) Portugal atravessa, desde o início de 1961, uma crise que se inscreve entre as mais graves da sua história. É a Nação no seu prestígio, na essência da sua unidade espiritual e no seu território que se procura atingir (...). As viagens ao Ultramar, do Chefe de Estado Português (...) responderiam a todas as dúvidas (...) se existissem olhos para ver e ouvidos para ouvir nos centros donde saem as vozes de comando e as intrigas dos que pretendem embrulhar-nos do que nos pertence e escravizar milhões de africanos que são livres como portugueses – e preferem continuar livres sob a nossa lei, que há quatro ou cinco séculos consideram sua, a serem submetidos às incertezas da tutela internacional (*Diário da viagem*, 1965, p. 538).

Este tipo de notícia, de apologia ao Governo e ressonância colonialista, é replicada em quase todos os órgãos de imprensa, com poucas variações no conteúdo e na forma. A lembrar a “comunhão de povos” tão exaltada pelo cronista desta viagem, o discurso publicado nos jornais parece estar em total comunhão com os desígnios do regime, enaltecendo-o e projetando-o eficazmente no espaço público. Ou seja, em vez do clima de tensão que se vive em Moçambique aquando da visita de Américo Thomaz, os média são veículo de uma informação apaziguadora, porque manipulada. Com efeito, a partir de 1961, com o início da guerra colonial, os esforços da censura para disciplinar os média tornam-se mais notórios e agressivos. Se antes qualquer abordagem crítica da política ultramarina era reprimida, com a guerra em África os serviços de censura vão agir com uma dureza acrescida (Ferreira, 2013, p. 111). Sem o adestramento da opinião pública, através de notícias e de uma linguagem controladas, a sobrevivência do regime estaria em causa, assim como o objetivo de manter intacta a “nação portuguesa multirracial e multicontinental” (Castelo, 2017, p. 223).

A placidez das notícias sobre a guerra colonial não pode ser desligada deste contexto de censura, o qual se reflecte em alguns testemunhos orais de jornalistas, que sublinham a forma como este assunto era controlado e silenciado. O jornalista Cesário Borga partilha a sua experiência:

O jornalismo praticado durante a Guerra Colonial era um jornalismo censurado e a liberdade de imprensa, uma miragem. Em rigor, houve matéria publicada, mas não se pode chamar a isso jornalismo. (...) Foi um período branco, ou melhor, negro. Por um lado, a Guerra Colonial estava muito distante. Por outro, os jornalistas sabiam que não valia a pena fazer o que quer que fosse porque a censura cortava (apud Torres, 2016, p. 159).

2. As visitas presidenciais enquanto acontecimento mediático

Os acontecimentos organizam a nossa experiência individual e coletiva. Eles vão além dos factos, da narrativa e dos nexos de causalidade de que se revestem. O acontecimento distingue-se, essencialmente, por ser “um fenómeno de ordem hermenêutica”, como salienta o sociólogo francês Louis Quéré (2005, p. 60): “por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação”. O acontecimento tem a capacidade de inaugurar um momento (ou uma época) e de lhe pôr termo. Nessa medida, o conceito de acontecimento é complexo e estruturante para o campo das ciências sociais, porque tem o “poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação” (Quéré, 2005, p. 60).

Desde as últimas décadas do século XX que o acontecimento tem vindo a ser recuperado pela sua complexidade e pelas potencialidades que oferece de enunciação e explicação da realidade social e da realidade histórica. Na década de 1970, Pierre Nora (1974/1987) decretou o “regresso do acontecimento” à história, contra as longas durações estruturalistas. Apelidou os acontecimentos de “vulcões da actualidade” (Nora, 1974/1987, p. 249), e lançou pontes para a não marginalização dos média e dos acontecimentos por eles veiculados na compreensão das dinâmicas do presente e do passado.

No campo dos estudos dos média, Daniel Dayan e Elihu Katz (1999), no início da década de 1990, abrem um caminho fecundo para a teorização e problematização do acontecimento mediático. Mário Mesquita trilhará esse caminho, rececionando na

Universidade de Lovaina os estudos dos autores, interrogando-se, produzindo conhecimento a partir deles (Mesquita, 2003), e sendo o seu principal divulgador em Portugal.

Para Dayan e Katz, acontecimentos noticiosos ou jornalísticos e acontecimentos mediáticos não são sinónimos. Se os primeiros “falam de acidentes, de desordem”, os segundos “celebram a ordem e a restauração” (Dayan & Katz, 1999, p. 24). O labor conceptual dos autores incide especificamente sobre os acontecimentos transmitidos em direto pela televisão – em especial, os acontecimentos cerimoniais ou as telecerimónias –, previamente planeados e negociados, e que apelam ao consenso social.

Fora dos limites mais estritos da teorização dos autores, ficam os acontecimentos noticiosos ou jornalísticos que, de forma imprevista, estilhaçam a ordem das coisas, como foi o caso das inundações de Lisboa em 1967 (Henriques, 2019). Ou seja, aquele tipo de acontecimento que, nas palavras de Adriano Duarte Rodrigues (1999, p. 27), “irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Dayan e Katz (1999, p. 24) são inequívocos: “Estamos interessados, sim, no funeral de Kennedy – um grande cerimonial – e não no assassinio de Kennedy, um grande acontecimento noticioso”.

O conceito de acontecimento mediático, tal como Dayan e Katz o fundamentam, é indissociável do meio que melhor lhe dá forma: a televisão. Sem colocarmos em causa a identidade clara entre a força do meio audiovisual e o acontecimento mediático, neste artigo acompanhamos Luís Bonixe (2021) quando o autor lembra que, apesar de a televisão reverberar o acontecimento mediático, este não lhe é exclusivo. O acontecimento de cunho cerimonial também é passível de cumprir a sua existência no meio sonoro. Deste ponto de vista, consideramos que, se o meio televisivo propicia a ocorrência de telecerimónias, também a rádio pode ser palco acústico de radiocerimónias.

O acontecimento que analisamos, no guião tripartido de acontecimentos mediáticos desenhado por Dayan e Katz (1999, p. 37 ss.) – “competições”, “conquistas” e “coroações” –, não nos oferece dúvidas quanto à sua natureza e filiação. Estamos perante um acontecimento com características de “coroação”, ou seja, um acontecimento não negociado, ratificado pelo público, fortemente ancorado “na magia do ritual” (Dayan & Katz, 1999, p. 45) e garante da herança cultural da sociedade. No caso em estudo,

Moçambique é o cenário perfeito para a encenação e corporização dos rituais que servem ao regime do Estado Novo no seu engrandecimento mais ou menos teatral, mais ou menos artificial. Neste local geográfico e simbólico, que, longe de ser fronteira ou margem, é centro vital do Império, sucede-se uma visita-coroação em várias etapas, que se transformam em microacontecimentos “ratificados cerimonialmente e cerimonialmente testemunhados” (Dayan & Katz, 1999, p. 39).

O “cerimonial performativo” de que se reveste este tipo de acontecimento implica, como salienta Mário Mesquita (2003, p. 283 ss.), a expressão de uma inevitável interatividade, que é intrínseca à própria ontologia deste tipo de acontecimento. Só há coroação se houver *performance* e reação; se o protagonista-herói – Américo Thomaz, entenda-se – beneficiar de quem receba os seus símbolos, no plano físico e retórico; se a audiência – no caso presente, quem representa a população local de Moçambique – estiver disposta a renovar o contrato tácito, reverencial, que mantém com o poder político da metrópole; se, do lado do dispositivo mediático, houver quem ajude a oficializar e a oficiar os rituais, contribuindo para a paz social ou, pelo menos, produzindo um intervalo no conflito potencial.

3. O acontecimento no contexto da modernização do jornalismo radiofónico nos anos 1960

Os estudos que incidem sobre a realidade mediática das décadas de 1960 e 1970 em Portugal concluem que, não obstante o contexto de ditadura e a censura, este período vive uma transformação e modernização do campo jornalístico (Baptista, 2022; Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007). O foco de análise da maior parte dos autores é colocado sobre a imprensa, mas as mutações vividas pelo jornalismo durante este período são mais latas, abrangendo a rádio.

Sabemos que, nos anos 1960, as estações comerciais abraçam uma “rádio nova”, sobretudo na música e na programação, enquanto a EN prima pela estagnação e pelo cinzentismo (Cristo, 2005). No campo informativo, a partir de 1960, o RCP opera uma transformação indelével no jornalismo sonoro, demarcando-se das práticas informativas da rádio oficial do regime (Cristo, 2005; Santos, 2014; 2022).

Defendemos que o projeto jornalístico do RCP encerra em si marcas de modernidade, em muitos aspetos comparáveis ao jornalismo radiofónico tal como o entendemos na

atualidade, como, por exemplo: a existência de uma unidade orgânica dentro da estação exclusivamente vocacionada para a informação, com profissionais a ela dedicados, a cadência horária dos noticiários e a continuidade informativa alcançada ou o estabelecimento de uma linguagem orientada para o ouvido, emancipada da palavra escrita. Estas marcas estão patentes na construção do Serviço de Noticiários (SN) do RCP, o qual, concluímos, constitui um elemento de rutura na informação radiofónica da década de 1960 e é a primeira experiência moderna de radiojornalismo em Portugal (Henriques, 2023).

O SN do RCP nasce na transição de 1960 para 1961, quando a emissora muda as suas instalações da Parede para Lisboa. É da cúpula do RCP, por iniciativa de Júlio Botelho Moniz, alto dirigente e proprietário da rádio, que Luís Filipe Costa, que havia sido chefe de redação da Agência de Publicidade Artística (APA), é chamado a criar o novo serviço noticioso. Quando Costa é convidado, Botelho Moniz diz-lhe que quer o RCP “na linha da frente da informação em Portugal”⁵. Esta estação privada vai prover uma nova oferta informativa de que a rádio em Portugal era falha. Mas, antes do desejo ou dever de informar, estavam razões de mercado e concorrência. Diz-nos Luís Filipe Costa:

O lado financeiro era vital para manter a estação a funcionar. Portanto, aqui nos noticiários, há um lado estratégico evidente por parte de Botelho Moniz, que nisso era exímio. Ou seja, o noticiário era pretexto para que, a cada hora, existissem dois momentos publicitários extras: um antes e outro depois do noticiário.⁶

Independentemente de os objetivos imediatos poderem pender mais para a obtenção de dividendos comerciais do que para a missão de informar, a verdade é que o RCP inaugura um projeto de cariz jornalístico até então inexistente em Portugal.

Pelos noticiários do RCP, ao longo dos anos 1960 e 1970, para além de Luís Filipe Costa, passaram profissionais reconhecidos, como João Paulo Guerra, Joaquim Letria, Manuel Bravo, Cândido Mota, Joaquim Furtado, Adelino Gomes ou Júlio Isidro (Cristo, 2005, p. 35; Santos, 2014, p. 189).

Estes profissionais já não vão ser apenas locutores que, previamente, cortam e colam as notícias da imprensa do dia anterior, em folhas de papel, para depois serem lidas ao microfone, como era usual na Emissora (Cristo, 2005, p. 35; Santos, 2014, p. 189; Santos,

⁵ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

⁶ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

2022, p. 34). As práticas informativas transformam-se, adaptam-se, e quem lê a notícia passa também a produzi-la, o que implica um outro tipo de preparação intelectual, uma outra agilidade nas práticas e uma utensilagem técnica e tecnológica mais moderna.

Os noticiários do RCP afirmam-se, desde o início, como alternativa à informação da EN, como refere João Paulo Guerra. O propósito era que o seu noticiário “fosse diferente dos noticiários maçadores da Emissora Nacional, religiosamente à hora do almoço, que duravam quase uma eternidade, feitos de textos pastosos lidos ao microfone”⁷.

Luís Filipe Costa estabelece noticiários de curta duração, com aproximadamente três minutos, numa cadência informativa quase horária. A curta duração supõe uma economia de palavras condizente, o ritmo como aliado, a síntese como forma mais eficaz de prover a notícia no imediato. Esta economia dos noticiários, por sua vez, vai provocar uma outra estrutura de apresentação das notícias, mais ordenada e com critérios noticiosos a presidir, num claro contraste com a tradição da EN. O modelo cristalizado de alinhamento da informação na EN, a partir da leitura seletiva dos jornais e da informação emanada das estruturas de poder oficiais, é questionado e rompido pelo SN do RCP. Desenha-se uma hierarquia noticiosa diferente, aproximada ao conceito de valores-notícia, que deitará por terra a velha hierarquia de acontecimentos ditada pelas figuras do Estado Novo e pela sua ordem de importância (Santos, 2014, p. 187).

Face à realidade do país, de cerceamento das liberdades e de controlo ideológico da narrativa política e social a ser veiculada pelos média, o SN privilegiou, desde o início, as notícias internacionais. Esta opção fez que novos temas e acontecimentos passassem pela rádio. É o caso, por exemplo, do assassinato de Kennedy ou da guerra no Vietname.

Os noticiários do RCP provocam também mudanças na linguagem mobilizada. Mais breves, os noticiários do RCP libertam-se do espartilho e do peso formal e de conteúdo dos textos escritos e chamam a si frases curtas e sintéticas, fazendo cair cargos e formalismos ao microfone. Luís Filipe Costa concretiza:

A regra era dizer “O Senhor Presidente da República, Américo Thomaz, inaugurou a ponte sobre o Tejo”. No RCP passamos apenas a escrever e a dizer ao microfone “Américo Thomaz inaugurou a ponte sobre o Tejo”.⁸

⁷ Entrevista dada por João Paulo Guerra à autora em 7 de maio de 2014, em Lisboa.

⁸ Entrevista dada por Luís Filipe Costa à autora em 20 de outubro de 2014, em Lisboa.

As diferenças de forma, estilo e conteúdo da informação do RCP relativamente à EN são visíveis. E, à época, a imprensa especializada soube reconhecer as mudanças operadas pela estação de Botelho Moniz. Em 1968, Jorge Guerra, crítico da *Rádio & Televisão*, não poupa nos elogios dados ao RCP, ao mesmo tempo que é demolidor na análise que faz dos noticiários da EN:

A prosa compacta, apenas aligeirada em relação ao que o telex transmite, continua a ser a fórmula usada. (...) Os progressos registados são tão pequenos que quase não se notam. Daí a longa e estafante maratona que constitui sempre o noticiário da noite da E.N. Daí também o afastamento do ouvinte. Quando é que se compreenderá que a rádio não é o jornal?⁹

4. Os sons do acontecimento: ecos e ressonâncias da visita presidencial na rádio do Estado Novo

4.1. Fontes sonoras e metodologias: o domínio do possível numa história de silêncios

Neste trabalho, como dissemos anteriormente, analisamos o material sonoro do RCP e da EN relativamente a esta visita presidencial. O cenário em que esta ocorre, Moçambique, tornaria pertinente a escuta e a análise da informação produzida localmente por emissoras como o Rádio Clube de Moçambique. A influência e a dinâmica comercial de que esta emissora se revestia, assim como o seu alinhamento com o regime, tornam-na num objecto de estudo potencial (Ribeiro, 2017). Investigar o material sonoro desta emissora traria o ângulo local que nos falta. No entanto, a ausência de arquivos sonoros – nosso enfoque metodológico – não o permite. Assim, dispomos apenas do material sonoro proveniente da “metrópole”. Isto significa que só podemos avaliar este acontecimento mediático no contexto do ambiente radiofónico de Portugal e não a sua extensão no território moçambicano.

Os registos sonoros que testemunham a cobertura jornalística deste acontecimento não são uniformes. Nem do ponto de vista quantitativo nem do qualitativo. Essa diferença e fragilidade nos tempos, detalhes e ângulos tem na sua origem várias razões, quase sempre ligadas a um “problema de arquivo” (Henriques, 2021; 2023) que assiste à realidade e à memória sonora da rádio.

⁹ *Rádio & Televisão*, 21/12/1968.

Este “problema de arquivo” é particularmente evidente no caso da documentação sonora do RCP. Enquanto a EN, ao abrigo do seu estatuto de rádio oficial do regime, tendeu a ter cuidado e responsabilidade acrescidos relativamente ao espólio documental por ela produzido, o RCP passou por um processo de desagregação e integração, no pós-25 de Abril de 1974, na rádio pública, que em muito terá contribuído para a dispersão e o desaparecimento de parte do espólio.

No entanto, a sobrevivência física de alguns registos, como os que documentam esta visita presidencial, é reveladora de uma consciência de valor patrimonial que, à época, lhes foi reconhecido. Quando ouvimos o registo sonoro do RCP referente à visita presidencial a Moçambique, uma voz anuncia previamente: “Antegração para museu. Visita presidencial a Moçambique, almirante Américo Tomás, dias 23 a 29 de junho de 1964”¹⁰. Através desta indicação sonora sabemos que o registo documental foi considerado digno de “museu”, ou, como hoje diríamos, que lhe foi reconhecido valor arquivístico. No entanto, desconhecemos se os sons que chegaram à atualidade constituem a totalidade do *corpus* que se pretendia conservar, ou seja, se são representativos da produção sonora à época do acontecimento. Ou se, pelo contrário, outros registos foram gravados, mas os suportes físicos não resistiram à passagem ou à convulsão dos tempos.

Face a estes constrangimentos, que não permitem a constituição de uma amostra sólida, aproximamo-nos do acontecimento mediático através dos vestígios sonoros que dele ficaram. Apesar de conscientes da incompletude dos arquivos, não nos furtamos a deles retirar as pistas e os significados possíveis. Olhamos o objeto, escutando-o, ensaiando uma breve análise qualitativa, tendo em conta aspetos como os elementos expressivos da rádio, os protagonistas, o ritmo (do som e da linguagem) e os recursos discursivos ou de linguagem utilizados.

4.2. E, no entanto, a visita presidencial também foi sonora

A visita a Moçambique do Presidente da República, almirante Américo Thomaz, em 1964, é um acontecimento inscrito na agenda de qualquer órgão de comunicação daquele período. Conhecido muito antes do momento em que vai ser noticiado, este é o típico acontecimento que pode ser preparado com tempo, nos meios e conteúdos, ao contrário do que sucede com um acontecimento absolutamente disruptivo, em que o tempo do

¹⁰ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

jornalista está demasiado próximo do acontecimento para dele se conseguir fazer um planeamento sistemático.

No arquivo do RCP encontramos um registo de 20 minutos, no qual estão condensados alguns momentos sonoros (reportagens e discursos) que ajudam a fazer e a compreender o acontecimento mediático¹¹. A *voz-off* que indica previamente “Antegração para museu” é a mesma que nos guia pelos sons que, em determinado momento, alguém entendeu que deviam ser guardados. Esta voz faz a legendagem construtiva dos sons. É através dela que acedemos a esta narrativa de forma mais ágil.

Neste registo, existem alguns excertos de discursos do Presidente da República, transmitidos no RCP à medida que Américo Thomaz os ia produzindo, testemunhando as cerimónias e as visitas feitas a várias localidades e instituições em Moçambique. Mas interessa-nos, sobretudo, destacar uma reportagem sobre os primeiros momentos no cais de desembarque, quando o Presidente da República chega a Lourenço Marques, então capital de Moçambique. O relato do repórter, feito em cima de abundantes sons ambiente, coloca-nos no local e revela o pano de fundo ideológico em que um acontecimento desta natureza era moldado e comunicado. O repórter diz aos ouvintes que “amanheceu o dia 23 de julho de 1964, data que marca o início de mais um capítulo histórico nesta província de Moçambique”. Num discurso que sabemos preparado, mas que parece ser construído no momento, a acompanhar, com vivacidade, cada passo dado pelo Chefe de Estado e pela sua comitiva, o repórter enaltece “Sua Exa., o Senhor Presidente da República”. As palavras do repórter são entusiásticas:

Dentro deste ambiente jubiloso que sublinha as primeiras cerimónias, o povo moçambicano marca já a sua presença, com todo o entusiasmo, todo o patriotismo, toda a lusitana alegria. Enfim, toda aquela espontânea e tradicional maneira de bem receber, sobretudo aqueles que lhe são caros ao coração, como é o presente caso da chegada do venerando chefe de Estado desta parcela portuguesa da costa oriental africana.

Conseguimos visualizar o ambiente que o repórter quer transmitir na sua reportagem sonora. Vemos Américo Thomaz a sair do paquete *Príncipe Perfeito*, “atravessando as águas da baía”. Ao mesmo tempo, chegam à baía “dezenas e dezenas de barcos de todos os tipos: embarcações a motor, embarcações a remo, embarcações à vela, todas embandeiradas em arco, todas a colaborar vivamente para este momento alto”. Ouvimos os aviões da Força Aérea e os helicópteros que sobrevoam o cais. De tal modo

¹¹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

que, “em terra, no ar e no mar, a emoção é excepcional!”. O Presidente da República está acompanhado por “altas individualidades”, mas também por efusivas manifestações populares. Ouvem-se salvas de tiros, e, em seguida, o almirante Américo Thomaz recebe as chaves da cidade das mãos do presidente da Câmara Municipal local. A terminar, ouve-se a voz do Presidente a agradecer a homenagem, seguida de uma sonora ovação dos presentes.

Esta reportagem, pelas indicações que constam do próprio registo, não foi transmitida em direto, mas o modo como é feita simula essa vertigem do direto. A forma viva como os acontecimentos são contados, a partir do local, não é apenas manifestação do estilo do repórter, mas um instrumento ao serviço de uma doutrina da qual o órgão de comunicação – e o próprio repórter – participa e faz ressonância.

As marcas de linguagem presentes na construção da reportagem vão ao encontro do discurso de unidade que o almirante Américo Thomaz quis sublinhar nesta sua visita a Moçambique:

Chego por mar, pelos caminhos que os portugueses conheceram antes de qualquer outro povo e que são um mundo de recordações para a nossa alma marinheira. Partindo de Lisboa e chegando a Lourenço Marques, continuei sempre em Portugal, pois dele, em verdade, não saí. Naveguei num navio português, em mares genuinamente portugueses, e só aportei a terras portuguesas.¹²

No caso da Emissora Nacional, dispomos de um registo referente aos últimos dias da visita presidencial a Moçambique, transmitido no *Diário Sonoro* da estação¹³. O enviado da EN faz um relato, em forma de balanço, da forma como a visita decorreu, com enfoque no modo como o Presidente da República foi recebido pelas “populações laboriosas desta encantadora terra”. O discurso jornalístico da EN é especialmente orientado para a defesa de um “Portugal único”, no quadro da guerra colonial iniciada em 1961, que, pouco mais de um mês após esta visita, chegaria a Moçambique. Muito mais do que no registo do RCP, já de si laudatório e alinhado com o regime, é na linguagem que o jornalista da EN adota que as palavras do Presidente da República são exaltadas, nas suas “magníficas lições de lusitanidade, de carinho e de amor por este bom povo, que luta dia a dia, hora a hora, pela continuidade de Portugal em África”.

¹² Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9106-3.

¹³ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1252-3.

O enviado da EN afirma que o que mais tem sobressaído nos relatos e noticiários dos últimos dias é “uma simpatia, uma simplicidade e afabilidade tão naturais e francas que desde logo criaram uma clara e expressiva comunhão de afetos entre o Presidente e o povo, que acorre para o saudar”. A comunhão entre o chefe de Estado e a população é a ideia redundante que, ao longo de mais de 12 minutos, o jornalista quer transmitir. Há uma necessidade premente de mostrar o envolvimento e a adesão total do povo moçambicano, referido pelo jornalista como “autóctone” ou “nativo”, forjando uma ideia de unidade indesmentível. Esta passagem do texto radiofónico ilustra-o:

Temos na nossa mente uma fotografia publicada hoje num jornal de Lourenço Marques, em que se vê o senhor almirante Américo Thomaz rodeado por massa impressionante de povo, na sua maioria autóctones, beijando e acarinhando duas rapariguinhas, uma branca e outra nativa. Imagem-espelho perfeito do que foi esta visita do Presidente da República, primeiro magistrado da Nação.

O jornalista reforça:

Se as manifestações de carinho pelo supremo magistrado da Nação ao longo de todos os distritos têm sido de grande intensidade, diríamos mesmo esmagadoras, a bela capital do distrito que deu nome a toda a província vestiu galas especiais, e repetiu a consagração que tem sido a nota dominante de toda a visita do chefe de Estado. Consagração de unidade. Consagração do ideal pátrio. Em uníssonos foram vitorizados os nomes do senhor almirante Américo Thomaz e de Portugal. (...) À entrada da cidade de Nampula, um dístico a toda a largura da rua: “Aqui será sempre Portugal”.¹⁴

A cobertura jornalística que o RCP e a EN nos oferecem, a propósito desta visita presidencial, cola-se à agenda de propaganda do regime, tão bem expressa no diário da viagem promovido pela Agência Geral do Ultramar, a que nos referimos anteriormente. Se recordarmos algumas passagens desse documento, se nos fixarmos nas palavras e no estilo característicos deste tipo de material de propaganda política, rapidamente percebemos que o trabalho jornalístico em análise não foi além da agenda ideológica definida pelos órgãos de poder. O interesse e a atualidade que o discurso noticioso exalta não vão além dos limites dos atos, das cerimónias e das personagens oficiais, com os seus discursos previsíveis e circulares.

Através do caso em estudo, verificamos que a visita presidencial, às vésperas do início do conflito armado em Moçambique, parece ofuscar uma realidade tensa, prestes a explodir. A publicitação de uma ordem política e ideológica que se queria inabalável

¹⁴ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo EN, AHD1252-3.

deixa de fora o clima de luta e revolta que se vive no terreno. Latentes, mas escondidos, os problemas vividos em Moçambique não cabem na informação que a rádio produz. Não porque os média não queiram contar uma outra história para além da oficial, mas porque a censura não o permite.

Conclusão

Neste artigo analisámos um acontecimento mediático a que a rádio, através da estação oficial e da principal emissora privada do país, deu palco, projetando-o, construindo-o e moldando-o ao ideário político do regime.

Esta visita-coroação, longe de pôr em evidência as diferenças jornalísticas, discursivas e estéticas que, em muitos casos, estão patentes na modernidade do trabalho informativo praticado pelo RCP face à informação oficial e oficiosa da EN (Henriques, 2023), revela, antes, uma similitude na forma e no conteúdo do que é dito.

A cobertura da visita presidencial – um grande acontecimento, de natureza ritualística e de ímpeto comemorativo – segue, nas duas estações de rádio, um padrão semelhante. Trata-se de um acontecimento mediático absolutamente espartilhado e condicionado pelo próprio regime. O tom de exaltação e o ritmo discursivo são aqueles que melhor servem a notícia de um PR que viaja para proteger, manter e propagandar o Império. As reportagens e crónicas são o reflexo perfeito da vocação colonizadora que o chefe de Estado transmite nos seus discursos. A cobertura feita pela equipa do RCP em pouco ou nada se distingue daquela que a rádio oficial levou a cabo.

Pelos sons que sobreviveram ao crivo do tempo, percebemos que os enviados de ambas as estações não ultrapassaram os limites rígidos e seguros da ressonância dos poderes do regime. E muito menos os locais visitados terão sido pretexto experimentado para relatar, pela observação, pelo contacto direto ou indireto, a realidade dos povos africanos ou algo que dissesse respeito ao conflito armado que, em breve, se iniciaria.

Se um acontecimento imprevisto e disruptivo, de natureza jornalística, como foi o caso das inundações de 1967, põe em evidência as diferenças entre os novos caminhos jornalísticos do RCP e a tradicional linha informativa da EN (Henriques, 2019), o acontecimento-coroação traduz o inverso. Ou seja, é revelador de ordem e consenso social, predicados que se estendem ao tipo de jornalismo que promovem.

Se um acontecimento disruptivo é, por definição, inimigo de um regime que rejeita a liberdade de informação e de pensamento, estimulando o jornalista à produção de narrativas que furam a normatividade social e mediática, o acontecimento-visita presidencial conduz o jornalismo à ressonância da agenda política mais convencional e conveniente ao regime.

A análise deste acontecimento mostra que as mudanças indiscutíveis introduzidas pelo RCP no panorama do jornalismo sonoro em Portugal, a partir da década de 1960, devem ser vistas em perspectiva, e com prudência, consoante a natureza do acontecimento, a realidade referente e os atores presentes. As circunstâncias deste acontecimento mediático e o apertado controlo da informação levado a cabo pela censura ajudam a que as transformações operadas pelo RCP no campo jornalístico sejam, neste caso, menos evidentes aos olhos de todos.

Celebrar, acatar e reverenciar são verbos contratualmente estabelecidos pelos acontecimentos mediáticos. Conjugados e alimentados, tendem a servir os poderes em exercício, mantendo-os firmes e confortáveis, ao abrigo de um consenso publicamente fabricado. Se são eficazes em democracia, em ditadura estes acontecimentos tendem a produzir imaginários monolíticos e prolongáveis no tempo, capazes de sustentar um regime político mesmo quando se torna evidente que sopram já ventos dissonantes.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, V. (1995). A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). *Penélope*, 15, 39-52.
- Alves, T. (2021). *1961 sob o viés da imprensa: Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no império português*. Imprensa de História Contemporânea. <https://doi.org/10.34619/zlqi-8ok3>.
- Baptista, C. (2022). A modernização do jornalismo político em Portugal durante o período marcelista (1968-1974). In C. Camponez, J. Miranda & J. Fidalgo (Eds.), *Contributos para uma história dos jornalistas em Portugal* (pp. 105-130). ICNOVA. <https://colecaoicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/129>.
- Bonixe, L. (2021). A construção sonora de um acontecimento mediático: A cobertura das visitas papais a Portugal. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes & T. C. Cunha (Eds.), *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita* (pp. 353-366). Tinta-da-china.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e imprensa*. Livros Horizonte.

- Cardina, M. (2023). *O atrito da memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Tinta-da-china.
- Castelo, C. (2017). The luso-tropicalist message of the late Portuguese Empire. In J. L. Garcia, C. Kaul, F. Subtil & A. Santos, *Media and the Portuguese Empire* (pp. 217-234). Palgrave Macmillan.
- Castro, M. J. (2016). Império e propaganda: As viagens presidenciais às colónias ultramarinas durante o Estado Novo. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 5(1), 75-84. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.5120164518/>.
- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Caminho.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. MinervaCoimbra.
- Dayan, D. & Katz, E. (1999). *A história em directo: Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Minerva.
- Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*. (1965). Agência Geral do Ultramar. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/VP/VP-1964&p=1/>.
- Ferreira, C. (2013). *Os media na guerra colonial: A manipulação da Emissora Nacional como altifalante do Regime*. MinervaCoimbra.
- Gonçalves, T. (2022). Quando Mário Mesquita entrevistou Elihu Katz. *Media & Jornalismo*, 22(41), 59-73. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_3.
- Henriques, C. (2019). As inundações de Lisboa de 1967 como acontecimento mediático no Rádio Clube Português. *Media & Jornalismo*, 19(35), 165-181. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_11/.
- Henriques, C. (2021). Uma história da rádio pouco sonora: Em torno dos arquivos sonoros radiofónicos de Portugal e Espanha. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 10(1), 269-287. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/9840/7510/>.
- Henriques, C. (2023). Rádio, uma história pouco sonora: O projeto jornalístico do Rádio Clube Português dos anos 1960-1970 [Tese de Doutoramento não publicada]. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/83719/>.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Nora, P. (1974/1987). O regresso do acontecimento. In J. Le Goff & P. Nora (Eds.), *Fazer história: Novos problemas* (pp. 243-262). Vol. 1. Bertrand Editora.
- Pimentel, I. F. (2018). *Inimigos de Salazar*. Clube do Autor.
- Ponte, C. (2021). Mário Mesquita: exigência, inquietação e questionamento. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes & T. Cardoso e Cunha (Eds.), *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita* (pp. 35-47). Tinta-da-china.
- Quéré, L. (2005). Entre facto e sentido: A dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6, 59-75.
- Ribeiro, N. (2017). Colonisation through broadcasting: Rádio Clube de Moçambique and the promotion of Portuguese Colonial Policy, 1932-1964. In J. L. Garcia, C. Kaul, F. Subtil & A. Santos, *Media and the Portuguese Empire* (pp. 179-195). Palgrave Macmillan.
- Riley, C. G., Henriques, C., Gomes, P. M. & Cunha, T. C. (2021). *A liberdade por princípio. Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*. Tinta-da-china.
- Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'* (pp. 27-33). Veja.

- Rosas, F. (1998). *Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*. Vol. 7. Estampa.
- Saúde, A. R. S. (2021). Rethinking the role of underground political work in the struggle for the liberation of Mozambique, 1950s-1970s. *Locus: Revista de História*, 27(1), 390-415. <http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.30768/>.
- Salazar, A. O. (1967/2016). *Discursos e notas políticas: 1928 a 1966*. Coimbra Editora. <https://archive.org/details/salazar-discursos-e-notas-politicas-1928-a-1966/page/974/mode/2up/>.
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal: 'Sempre no Ar, Sempre Consigo' (1941-1968)*. Colibri.
- Santos, R. (2022). Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970). In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: Dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 11-72). ICNOVA. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut/>.
- Torres, S. (Org.). (2016). *O jornalismo português e a guerra colonial*. Guerra & Paz.